



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SOUSA**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Aparecida, Bernadino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras Carrapateira, Joca Claudino, Lastro, Marizópolis Monte Horebe, Nazarezinho, Poço de José do Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe São José da Lagoa Tapada, São José de Piranhas Sousa, Triunfo, Uiraúna, Vieirópolis
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16/01/1989
Data de instalação	1º/5/1989
Data da última correição	3/5/2022
Período de correicionado	1º/4/2022 a 28/2/2023

Aos 14 de março de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Sousa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 001/2023 publicado no DEJT - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos na sede da Vara pela Juíza Substituta, Ana Paula de Carvalho Scolari, pelo Diretor de Secretaria, Edilson Nóbrega Leite e Silva, e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/4/2022 a 28/2/2023 (11 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

### 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

Registra-se que a Juíza Ana Cláudia Magalhães Jacob, atuou na Unidade correicionada até o dia 25 de maio de 2022, quando foi removida para a Vara de Catolé do Rocha (Ato TRT SGP nº 71/2022). O Juiz Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti foi provido no cargo de Juiz titular na Unidade correicionada (Ato TRT SGP nº 82 de 16 de junho de 2022), permanecendo até o dia 13 de dezembro de 2022, quando foi removido para a Vara do Trabalho de Patos (Ato TRT SGP nº 171/2022).

Atualmente, a Juíza substituta, Ana Paula de Carvalho Scolari, está designada para atuar na Vara do Trabalho de Sousa (Ato TRT SCR nº 30/2023), no período de 1º a 24 de março do corrente ano.

### 1.2 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Sousa conta, atualmente, com **9** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Aloisio Lira de Figueiredo	Técnico Judiciário – Calculista	17/9/1991
Anderson Alcântara de Lima	Técnico Judiciário	3/8/2020
Beatriz de Cassia Brunet Gomes	Calculista	25/6/1992



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Edilson Nobrega Leite E Silva	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	29/6/2020
Jose Ferreira da Silva	Analista Judiciário Ofic Justiça Avaliador Federal	9/7/2015
Jose Teixeira de Carvalho Neto	Analista Judiciário Ofic Justiça Avaliador Federal	30/10/2019
Nilson Alves do Nascimento	Técnico Judiciário – Assistente II	1º/6/2019
Rafael Galdino Maia	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	8/9/2015
Rudnei Messias de Figueiredo	Analista Judiciário Ofic Justiça Avaliador Federal	27/5/2019

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade Correicionada adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas apenas na fase de execução, no sistema PJe, abaixo relacionada.

Fase processual	Servidor
Atendimento ao público	Aloisio Lira de Figueiredo
	Nilson Alves do Nascimento
	Beatriz de Cassia Brunet Gomes
Conhecimento	Rafael Galdino Maia
Liquidação	Aloísio Lira de Figueiredo
Execução	Edilson Nobrega Leite E Silva - numeração final de processo (0 a 4)
	Anderson Alcântara de Lima - numeração final de processo (5 a 9)
	Aloisio Lira de Figueiredo - sem numeração fixa de processo

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Sousa contabilizava, em **28/2/2023**, um acervo processual de **1.403** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	597
Fase de Liquidação	68
Fase de execução	697
Cartas precatórias e de ordem	41
<b>TOTAL</b>	<b>1.403</b>

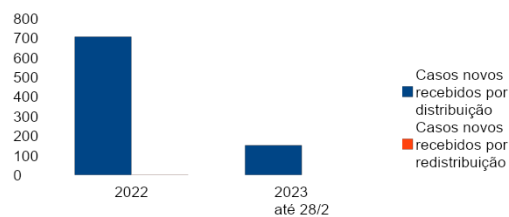


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

### 2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	706	152
Casos novos recebidos por redistribuição	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>707</b>	<b>152</b>



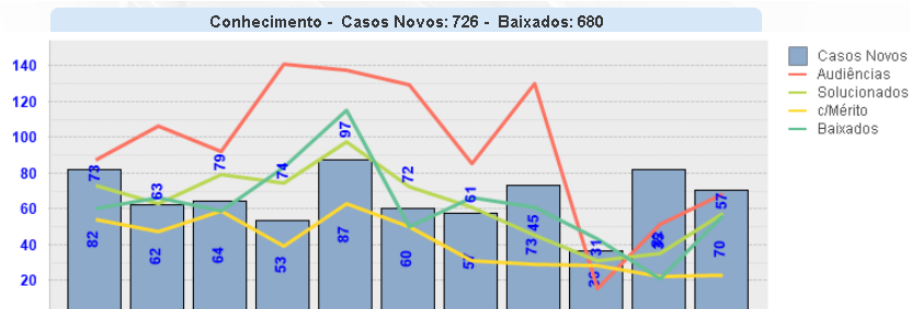
No período correicionado há registros de 3 processos recebidos com sentença anulada e 3 processos com sentença reformada, ambos pela instância superior, abaixo relacionados:

Sentenças anuladas	Sentenças reformadas
0000292-29.2021.5.13.0012	0000588-22.2021.5.13.0012
0000405-46.2022.5.13.0012	0000697-36.2021.5.13.0012
0000234-89.2022.5.13.0012	0000667-98.2021.5.13.0012

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (abril/22 a fevereiro/23):

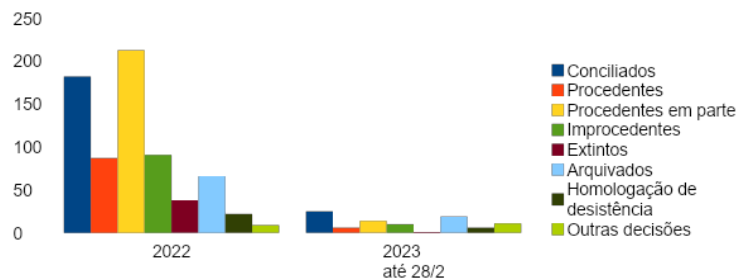


**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 28/02
Conciliados	182	25
Procedentes	87	6
Procedentes em parte	213	14
Improcedentes	91	10
Extintos	38	1
Arquivados	66	19
Homologação de desistência	22	6
Outras decisões	9	11
<b>TOTAL</b>	<b>708</b>	<b>92</b>



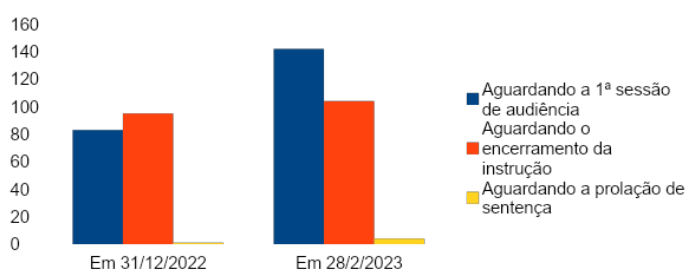
## 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Em 31/12/2022	Em 28/02/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	83	142
Aguardando o encerramento da instrução	95	104
Aguardando a prolação de sentença	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>179</b>	<b>250</b>



## 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 28/02	Variação (%) 2022/2023
Fase de conhecimento	533	597	12,01%
Fase de liquidação	72	68	-5,56%
Fase de execução	674	697	3,41%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

## 3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

### 3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	122	267	121	57	12
Conciliação em conhecimento	6	10	13	2	0
Conciliação em Execução	3	7	3	2	0
Una	1	2	0	0	0
Instrução	95	86	76	22	4

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, atualmente a Unidade correicionada realiza audiências de terça a quinta-feira.

#### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

##### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2022	2023 até até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	38	62
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	53	61
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	86	89
Da conclusão à prolação da sentença	17	3
Do ajuizamento até a prolação da sentença	97	84

#### 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até até 28/2
Embargos de declaração	Recebidos	179	9
	Baixados	171	22
	<b>Pendentes</b>	<b>18</b>	<b>3</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	42	11
	Apreciadas	39	11
	<b>Pendentes</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
Liquidação /Execução	Recebidos	43	6
	Baixados	25	-
	<b>Pendentes</b>	<b>7</b>	<b>13</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## 6. Recursos interpostos (Fonte: Hórus)

1º/4/2022 a 28/2/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	246	224	18
Recurso adesivo	14	14	-
Agravo de petição	70	51	9
<b>Total</b>	<b>330</b>	<b>289</b>	<b>27</b>

## 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022**: **84** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **131** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **105** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/02**, é de **81** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **100** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **86** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **97** dias, para o ano base de **2022**, e de **84** dias, relativo a este ano de **2023**, até **28/2**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **761** dias, e de **323** dias, referente ao exercício atual até o dia **28/2**.

## 8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2022	2023 até até 28/3
Execuções pendentes no início do período	593	636
Execuções iniciadas	331	49
Desarquivados	165	8





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	301	25
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	135	4
<b>Execuções pendentes ao final do período</b>	<b>636</b>	<b>659</b>

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (abril/2022 a fevereiro/2023):



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 6.956.374,68	R\$ 316.973,40
Espontâneo	PJe	R\$ 3.702.902,63	R\$ 364.101,85
Execução	PJe	R\$ 1.386.528,67	R\$ 129.706,50
<b>Total</b>		<b>R\$ 12.045.805,98</b>	<b>R\$ 810.781,75</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 244.426,63	R\$ 22.060,74
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.223.745,34	R\$ 107.273,39



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 28/2
Imposto de renda	PJe	R\$ 28.293,53	R\$ 14.635,81
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.496.465,50</b>	<b>R\$ 143.969,94</b>

## 10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou a Desembargadora Corregedora que, no período correicionado, foram realizadas, no sistema PJe, **628** diligências por 03 oficiais de justiça avaliadores federais. Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as diligências são distribuídas de forma automática entre os três oficiais de justiça, havendo duas zonas, uma de responsabilidade do oficial Rudnei Messias de Figueiredo e a outra, por José Ferreira da Silva e José Teixeira de Carvalho Neto. A produtividade é lançada automaticamente no sistema. Os próprios oficiais dão baixa em suas diligências, alimentando o sistema.

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO JPE (1º/4/2022 a 28/2/2023)			
Oficiais de Justiça	Diligências realizadas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes em 8/3/2023
Jose Ferreira da Silva	339	335	2
Jose Teixeira de Carvalho Neto	71	90	21
Rudnei Messias de Figueiredo	218	224	-

Fonte: SaoPJe e SETIC

Da análise das pendências, observa-se que se faz necessário que os Oficiais de Justiça providenciem a análise das diligências em atraso, a fim de averiguar



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

eventual perda de objeto, tendo sido identificados mandados pendentes até 08/03/2023.

## 11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/4/2022 a 28/02/2023		
Item	Sistema	Quantidade
INFOJUD	PJe	60
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	104
BNDT	Pendentes (PJe)	86
	Incluídos (PJe)	157

## 12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	98,17%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	68,50%
Unidade Correicionada	54,37%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **152** casos novos (por distribuição) e **81** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **54,37%**.

<b>Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	105,84% da Meta 2
	98,43% dos processos distribuídos até 31/12/2020

<b>Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,07% da Meta 2
	98,64% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	102,91% da Meta 2
	95,70% dos processos distribuídos até 31/12/2021

<b>Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>40% em 2022</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	92,89% da Meta 3
	37,16% de índice de conciliação

<b>Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>40%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	83,78% da Meta 3
	33,52% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	120,54% da Meta 3
	48,22% de índice de conciliação

**Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.**

Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	129,39%

**Meta 5/2023 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

Unidades de primeiro grau do TRT	44,51%
Unidade Correicionada	40,11%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2023-01	21	17	288	301	93,20	94,65	93,94	
2023-02	56	17	301	317	79,63	90,31	84,77	

### 13. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2021 e 2022, enquanto que



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

na fase de execução houve uma redução entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente, redução.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 28/02
Fase de conhecimento	463	726	77
Fase de execução	545	339	31

#### Comparativo Sousa e João Pessoa - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	463

#### Comparativo Sousa e João Pessoa - 2022 (baixados/conhecimento)

9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.110
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.083
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.069
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.015
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.013
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	984
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	981
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	961
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	920
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	918
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	911
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	854
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	840
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	726

#### Comparativo Sousa e João Pessoa - 2023 (baixados/conhecimento até 28/02)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	157
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	138
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	132
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	127
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	126
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	126
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	121
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	109
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	107
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	102
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	99
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	90
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	89
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	77

### Comparativo Sousa e João Pessoa - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	545
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

### Comparativo Sousa e João Pessoa - 2022 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	832
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	734
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	712
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	698
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	655
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	634
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	622
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	589
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	586
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	585
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	481
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	360
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	339
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	319

### Comparativo Sousa e João Pessoa - 2023 (baixados/execução até 28/02)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	166
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	145
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	127
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	120
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	116
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	94
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	86
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	81
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	72
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	70
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	70
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	70
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	62
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	31

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a Vara do Trabalho de Sousa encontra-se na **393ª** colocação, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**). Por ocasião do encerramento da correição de 2022, a unidade ocupava a **294ª** colocação.

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (512 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1º	3º	11º	72º	1º	65º
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2º	10º	48º	146º	13º	3º





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3º	1º	1º	117º	18º	76º
<b>13ª Região - PB - Vara de Sousa</b>	<b>179º</b>	<b>73º</b>	<b>71º</b>	<b>446º</b>	<b>131º</b>	<b>312º</b>

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
3ª Região - MG - 2ª Vara de Alfenas	1º	73	82	441
8ª Região - PA e AP 4ª Vara de Paraupébas	2º	156	15	361
12ª Região - SC 1ª Vara de Fraiburgo	3º	29	33	334
<b>13ª Região - PB - Vara de Sousa</b>	<b>179º</b>	<b>98</b>	<b>139</b>	<b>762</b>

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
3ª Região - MG - 2ª Vara de Alfenas	1º	853	447	10
8ª Região - PA e AP 4ª Vara de Paraupébas	2º	1.346	399	9
12ª Região - SC 1ª Vara de Fraiburgo	3º	916	72	8
<b>13ª Região - PB - Vara de Sousa</b>	<b>179º</b>	<b>726</b>	<b>339</b>	<b>12</b>

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

março, junho, setembro e dezembro/2022, estando a Vara do Trabalho de Sousa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 8/3/2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
março 22	294°	190°	179°	642°	328°	770°
junho 22	515°	156°	172	1.234°	643°	939°
setembro 22	447°	184°	181°	1.235°	493°	863°
dezembro 22	393°	202°	157°	1.401°	307°	739°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa e a Vara de Sousa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):

Vara	Colocação no IGEST
11ª JPA	35°
13ª JPA	75°
10ª JPA	207°
3ª JPA	300°
9ª JPA	352°
8ª JPA	378°
<b>SOUSA</b>	<b>393°</b>
12ª JPA	427°



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1ª JPA	436º
4ª JPA	445º
7ª JPA	467º
5ª JPA	512º
2ª JPA	624º
6ª JPA	640º

## JUIZES

### 14. Afastamentos de Jurisdição (abril/22 a fevereiro/23)

Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	1º/12/2022 a 13/12/2022	13

Ana Cláudia Magalhães Jacob			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	16/05/2022 a 26/05/2022*	11

\*A então Juíza Titular, Ana Cláudia Magalhães Jacob, foi removida para a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha em 27 de maio de 2022, por meio do Ato TRT SGP nº 71/2022.

### 14.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face dos Magistrados que atuaram na Unidade correicionada durante o período correicionado.

### 14.2 Audiências realizadas (1º/4/2022 a 28/2/2023) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Instrução	Enc. Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
-------------	-----	-----------	----------------	---------	--------------------------	----------------------	-------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Ana Cláudia Magalhaes Jacob	1	52		50	4	3	<b>110</b>
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	-	143	82	375	23	21	<b>644</b>
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	1	5	3	1	<b>10</b>
Mariana Petit Horácio de Brito	-	9		-	-	-	<b>9</b>
Ana Paula de Carvalho Scolari	2	46		81	8	11	<b>148</b>
Alisson Almeida de Lucena.	-	37	2	71	5	1	<b>116</b>
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	-	2	<b>2</b>

**14.3 Incidentes julgados** (Fonte: Hórus)

<b>Magistrados</b>	<b>Embargos de declaração</b>	<b>Antecipação de tutela</b>	<b>Liquidação/ Execução</b>	<b>Total</b>
Alisson Almeida de Lucena.	13	11	1	<b>25</b>
Ana Paula de Carvalho Scolari	18	-	-	<b>18</b>
Fernando Luiz Duarte Barboza	1	-	-	<b>1</b>
Jose de Oliveira Costa Filho	-	1	-	<b>1</b>
Luiz Antonio Magalhaes	1	-	-	<b>1</b>
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	77	24	9	<b>110</b>
Lindinaldo Silva Marinho	5	-	6	<b>11</b>
Ana Claudia Magalhaes Jacob	20	5	4	<b>29</b>
Mariana Petit Horácio de Brito	2	-	-	<b>2</b>

**15. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS** (Fonte: Hórus)

<b>Magistrado</b>	<b>Com Exame do mérito</b>					<b>Sem Exame do mérito</b>			<b>Total</b>
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Alisson Almeida de Lucena.	25	6	13	10	-	15	1	10	<b>80</b>
Ana Claudia Magalhaes Jacob	39	23	34	14	-	3	10	1	<b>124</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Ana Paula de Carvalho Scolari	22	19	31	5	-	10	5	12	<b>104</b>
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	71	28	115	54	4	50	12	16	<b>350</b>
Lindinaldo Silva Marinho	2	-	-	-	-	2	-	-	<b>4</b>
Luiz Antonio Magalhaes	-	-	6	5	-	-	-	-	<b>11</b>
Mariana Petit Horácio de Brito	-	1	10	3	-	-	-	-	<b>14</b>

A então Juíza titular da vara correicionada, Dra. Ana Cláudia Magalhães Jacob laborou 31 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,9 processo/dia entre os meses de abril e maio de 2022, e Dr. Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti laborou 461 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

### 15.1. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	344
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	265
Homologação da Transação Extrajudicial	32
Consignação em Pagamento	16
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	16
Embargos de Terceiro Cível	6
Ação de Cumprimento	4
Ação Civil Coletiva	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1
Mandado de Segurança Cível	1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Inquérito para Apuração de Falta Grave	1
--	---

## 16. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças Líquidas	%
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	0%
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	71	49,65%
Ana Claudia Magalhaes Jacob	10	17,54%
Luiz Antonio Magalhaes	1	16,67%
Mariana Petit Horácio de Brito	-	0%
Alisson Almeida de Lucena	1	5,26%

## 17. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Alisson Almeida de Lucena	80
Ana Claudia Magalhaes Jacob	124
Ana Paula de Carvalho Scolari	104
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	350
Lindinaldo Silva Marinho	4
Luiz Antonio Magalhaes	11
Mariana Petit Horácio de Brito	14

### 17.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 16 dias

Magistrado	Dias
Alisson Almeida de Lucena	2
Ana Claudia Magalhaes Jacob	22
Ana Paula de Carvalho Scolari	21
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	14
Luiz Antonio Magalhaes	32
Mariana Petit Horácio de Brito	16

## 18. OBSERVATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo o então juiz titular Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti enviado resposta em 10/11/2022. Destacou o magistrado que a unidade judiciária passou a incluir constantemente processos em pauta de conciliação, além de revisar os processos que se encontravam sobrestados e arquivados provisoriamente. Além disso, o Juiz ressaltou que os relatórios do observatório eram acompanhados mensalmente, e as recomendações da Corregedoria Regional eram repassadas aos servidores.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## 19. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre abril de 2022 e fevereiro de 2023 - 11 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 12.368,43
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 34.202,13
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 37.708,27
Pagamento contribuições previdenciárias	R\$ 970,76
Recolhimento de custas processuais	R\$150,06
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 0,13
<b>Total</b>	<b>R\$ 85.399,78</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## 20. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJUD (PROAD Nº 1882/2023), não houve participação de magistrados da Unidade correicionada, no exercício anterior, em cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, como também não consta presença em atividades de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

Segundo informações prestadas pela SEGEPE, por meio do Proad 2478/2023, o servidor **Rafael Galdino Maia** participou de cursos voltados à conciliação, mediação e negociação no âmbito da Justiça do Trabalho (Proad nº 4889/2022).

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela EJUD (PROAD Nº 2478/2023) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
Anderson Alcântara de Lima	TELETRABALHO - PROAD 9085/2022 - 7/OUT. - 4 H/A





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Beatriz de Cassia Brunet Gomes	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP;  INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) / ENAP
Edilson Nobrega Leite e Silva	TELETRABALHO - PROAD 9085/2022 - 7/OUT. - 4 H/A  TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO;  PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP ;  NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL / INTRA;  INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP ;  PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO DE EXECUCAO - NOVO CPC / INTRA
Nilson Alves do Nascimento	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP;  PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA SET/2022) / ENAP ;
Rafael Galdino Maia	TRT - LEITURA DINAMICA E MEMORIZAÇÃO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO ;  TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO ;  DIREITO ADMINISTRATIVO / INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL ;  TÉCNICAS AVANÇADAS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO PROAD 4889/2022 - dias 15 e 16/9 - 16 h/a;  WORD BÁSICO /TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; WORD INTERMEDIÁRIO /SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	RURAL - SENAR;  PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP;  PRINCÍPIOS DO DESIGN THINKING E INOVAÇÃO EM GOVERNO (TURMA MAR/2022) / ENAP ;  INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA SET/2022) / ENAP
Rudnei Messias de Figueiredo	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS (TURMA JAN/2022) / ENAP;  TESOURO DIRETO (TURMA JAN/2022) / ENAP

<b>SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO</b>
Aloísio Lira de Figueiredo
Jose Ferreira da Silva
Jose Teixeira de Carvalho Neto

Da análise das informações prestadas, observa-se que se faz necessário que os gestores incentivem os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

## **21. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS**

### **Processos analisados**

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 18 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foram registradas na Ouvidoria nos últimos seis meses, 02 ocorrências, devidamente respondidas.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

## **22. RECOMENDAÇÕES**

**À Exma. Juíza**

### **1. Recomendações gerais**

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

## **2. Recomendações específicas**

- a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);
- b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;
- c) monitorar o “escaninho” no PJe e orientar a equipe à proceder à revisão com regularidade, evitando-se que haja demora excessiva na apreciação de petições, podendo-se citar os processos 0000279-93.2022.5.13.0012 e 0000278-11.2022.5.13.0012 (petições não apreciadas desde 02/02/2023);
- d) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos;
- e) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;
- f) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

### **Ao Diretor de Secretaria**

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

- c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, especialmente os processos localizados em “Cumprimento de Providências”;
- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000326-67.2022.5.13.0012, 0000575-52.2021.5.13.0012, 0000435-81.2022.5.13.0012 e 0000326-67.2022.5.13.0012;
- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- f) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros, no sistema Garimpo, das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- g) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;
- h) velar, sob pena de responsabilidade, por meio de movimento processual específico no PJe, pela conclusão dos autos para decisão ou julgamento no prazo de 24 horas após a última audiência do processo, quando encerrada a instrução ou apresentadas as razões finais em momento posterior, conforme o caso (art. 23 do Provimento Consolidado do TRT13).

**Aos servidores**

- a) proceder, com regularidade, à conclusão aos magistrados dos processos com petição não apreciada, evitando-se que permaneçam paralisados, mesmo com a marcação existente no escaninho, que deverá ser consultado com frequência, bem como efetuar a retirada do aviso, após a conclusão,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

evitando-se o ocorrido, por exemplo, no processo 0000369-77.2017.5.13.0012 (petição não apreciada desde 02/02/2023).

b) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000006-51.2021.5.13.0012 e 0000305-91.2022.5.13.0012.

c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000326-67.2022.5.13.0012, 0000575-52.2021.5.13.0012, 0000435-81.2022.5.13.0012 e 0000326-67.2022.5.13.0012;

d) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;

e) utilizar a ferramenta Gigs para controle de processos;

f) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;

g) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;

h) aos oficiais de justiça, providenciar a regularização das diligências pendentes de cumprimento no PJe, regularizando as devoluções, a exemplo de mandados que tenham perdido o objeto.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

### **23. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a Vara do Trabalho de Sousa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 2/2022 (105,84%) e 5/2022 do CNJ (129,39%), podendo-se observar que o volume de processos baixados na fase de conhecimento foi de grande relevância para o atingimento das metas, merecendo destaque o prazo entre a conclusão e a prolação da sentença, reduzindo de 17 (2022) para 3 dias, especificamente de janeiro a fevereiro do corrente ano, motivo pelo qual recomenda à equipe que envide esforços para o atingimento da referida meta até o final deste exercício.

Constata a Corregedora, que a Unidade vem alcançando o cumprimento da Meta 3/2023 (120,54%) nos meses de janeiro e fevereiro, apresentando um índice de conciliação no patamar de 48,22%, atinente às conciliações na fase de conhecimento.

Tratando-se do Igest, a Vara do Trabalho de Sousa tem se mantido no primeiro quartil entre a posição 294<sup>a</sup> (março de 2022) e 393<sup>a</sup> (dezembro de 2022), todavia, em junho de 2021, ocupava a 72<sup>a</sup> posição, revelando que houve uma evolução negativa, o que é motivo de preocupação por parte do Regional.

Ressalte-se ainda que no lapso de tempo correicionado, a unidade judiciária não teve melhor desempenho - 294<sup>a</sup> em março, 515<sup>a</sup> em junho e 447<sup>a</sup> em setembro de 2022, motivo pelo qual estimulamos a magistrada e os servidores a permanecer velando pelos prazos e otimização das rotinas.

A tabela relativa aos mesoindicadores aponta que o item “Produtividade”, composto pelos indicadores “I07 – Taxa de Conciliação”, “I08 – Taxa de Solução” e “I13 – Taxa de Execução”, foi o que mais impactou a unidade no período correicionado, passando da 642<sup>a</sup> para a 1.401<sup>a</sup> posição.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, merecendo registro a participação do servidor Rafael Galdino Maia no curso de técnicas avançadas de mediação, conciliação e negociação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Ao final do encerramento dos trabalhos correicionais, a MM. Juíza Ana Paula de Carvalho Scolari elogia os servidores Rafael Galdino Maia, Aloisio Lira de Figueiredo e Edilson Nóbrega Leite e Silva pelo empenho e dedicação despendidos em favor da unidade judiciária.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**  
**Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ANEXO**

**VISTOS**

0000156-03.2019.5.13.0012	0000326-67.2022.5.13.0012	0000006-51.2021.5.13.0012
0000435-81.2022.5.13.0012	0000088-14.2023.5.13.0012	0000657-54.2019.5.13.0012
0000056-09.2023.5.13.0012	0000635-93.2019.5.13.0012	0000678-30.2019.5.13.0012
0000571-83.2019.5.13.0012	0000048-32.2023.5.13.0012	0000575-52.2021.5.13.0012

**DESPACHOS CORREICIONAIS**

0130329-76.2014.5.13.0017	0000528-78.2021.5.13.0012	0000473-98.2019.5.13.0012
0000068-91.2021.5.13.0012	0000278-11.2022.5.13.0012	0000158-41.2017.5.13.0012
0000100-96.2021.5.13.0012	0000305-91.2022.5.13.0012	0000472-16.2019.5.13.0012
0000650-62.2019.5.13.0012	0000209-76.2022.5.13.0012	0000076-10.2017.5.13.0012
0000069-47.2019.5.13.0012	0000679-15.2019.5.13.0012	0000634-98.2016.5.13.0017
0000297-85.2020.5.13.0012	0000179-41.2022.5.13.0012	0000485-05.2016.5.13.0017